



# Competição Interamericana de Direito ao Desenvolvimento Sustentável

-- 5ª edição --

## **Esclarecimento sobre as Regras e Caso Hipotético**

Caso da Comunidade Rural de Candela versus Federação da Clonalia  
Caso Nº. 042114/RLJ/0415 - Corte Interamericana de Direitos Humanos

Tulane University Law School Moot Court and  
Payson Center for International Development [*Competição Moot Court na  
Faculdade de Direito da Universidade de Tulane e o Centro Payson para o  
Desenvolvimento Internacional*]

Faculdade de Direito da Universidade de Tulane  
New Orleans, Estados Unidos de América

Faculdade de Direito da Universidade de "Los Andes"  
Grupo do Direito de Interesse Público  
Bogotá, Colômbia

FGV Direito Rio  
Centro de Direito e Meio Ambiente  
Rio de Janeiro, Brasil  
**2-6 de março, 2015**  
**Rio de Janeiro**

| <b>Número da questão</b> | <b>Português</b>   |
|--------------------------|--|
| <b>1</b>                 | Existe uma contradição entre o parágrafo 21 e o 33. O 21 menciona os países com maior responsabilidade pela mudança climática, atribuindo a Clonália 21% das emissões históricas de GEI e 18% das atuais, enquanto que o 33 lhe atribui 41% das emissões atuais. Qual dessas cifras devem ser tomadas em consideração?   |
|                          | Os índices de emissões histórica e atual de GEI por Clonália são descritas no parágrafo 21.  |
| <b>2</b>                 | Em relação ao parágrafo 48 do caso, poderia ser esclarecido em que consiste o pedido oficial realizado pela CCA à Federação da Clonália? É parte da solicitação de concessão de status de refugiado iniciada pelos migrantes em situação irregular? Ou são atos paralelos?   |
|                          | O parágrafo 48 se refere apenas ao requerimento de status de refugiado.  |
| <b>3</b>                 | Em relação ao processo de deportação descrito nos parágrafos 52 e 53, poderiam esclarecer o que constituem os referidos "procedimentos administrativos" (p. 52) e também se a ordem de deportação foi antes, depois ou simultaneamente ao mandado de prisão?   |
|                          | Os procedimentos administrativos para deportação podem ser dividido em quatro etapas. Em primeiro, os indivíduos são separados e os países de onde possuem cidadania são identificados. Em segundo lugar, as autoridades públicas escrevem uma petição formal, para que outras autoridades públicas possam identificar as pessoas em questão. Em terceiro lugar, a autoridade pública encarregada do processo notifica os indivíduos e informa simultaneamente as forças de segurança oficiais para que iniciem o processo de detenção. Finalmente, uma vez que a pessoa é detida, ficam em uma instalação temporária de deportação até que o processo de deportação e notificações ocorram. A detenção é parte do processo de expulsão. |
| <b>4</b>                 | Havia remédios legais e constitucionais disponíveis para impugnar a decisão administrativa sobre migração e o mandado de prisão?   |
|                          | Não há informação adicional àquela disponível no parágrafo 54.   |
| <b>5</b>                 | Como foi o processo de integração e separação de Marsili da Federação da Clonalia no século XVII (para. 8)? Antes do século XVII, Marsili era um Estado? Poderiam dar mais detalhes nos acordos de sucessão?   |
|                          | Marsili ganhou sua independência em 1967 (para. 2) após um referendo que foi reconhecido por Clonalia. Marsili não era um estado anteriormente ao século XVII. Nenhum detalhe adicional sobre o processo de secessão foi disponibilizado neste caso.   |
| <b>6</b>                 | Nos parágrafos 27 e 28, quais, caso tenha havido, foram as respostas da comunidade internacional ao pedido do presidente Nasheed Ospina?   |
|                          | Não houve respostas da comunidade internacional em relação aos eventos dos parágrafos 27 e 28.   |
| <b>7</b>                 | Nos parágrafos 58 e 59, sobre qual lei local o MRE fundamentou o direito de reter o relatório sob o argumento de proteção da segurança nacional?   |
|                          | A lei nacional dá discricionariedade ao MRE para não divulgar informações do   |

|           |  |
|-----------|--|
|           | público em assuntos que envolvam a segurança nacional.   |
| <b>8</b>  | No parágrafo 54, quais são as condições de detenção e o status daqueles que buscam refúgio/asilo?  |
|           | Os imigrantes são considerados deportandos em espera de deportação iminente e são detidos em centro de detenção temporária até o momento da deportação.  |
| <b>9</b>  | A Lei de Imigração de 2009 revogou/substituiu a Lei 715 de 1989 e, caso não o tenha feito, qual a relação entre as duas?   |
|           | A Lei de Imigração de 2009 não revogou ou substituiu a Lei 715 de 1989. Ambos os textos legislativos estão sob plena vigência.   |
| <b>10</b> | Quais são as garantias judiciais concedidas ao MRE no seu papel de tribunal e como esse órgão judicial funciona quando decide sobre assuntos de imigração e recursos?  |
|           | O MRE é um órgão administrativo que tem um mecanismo judicial interno que opera de modo similar ao de uma corte de primeira instância. A decisão do corpo judicial do MRE pode ser recorrida dentro do próprio quadro do MRE. Decisões judiciais tomadas pelo corpo judicial do MRE são sujeitas a recurso para a Corte Suprema de Clonalia.                                       |
| <b>11</b> | No §25 há a informação de que aproximadamente 67% dos migrantes chegaram "da Clonalia". No entanto, de acordo com as informações do caso, o sentido da migração seria de Marsili para Clonalia. Favor esclarecer o sentido do fluxo migratório.  |
|           | A terceira frase do parágrafo 25 deve ser lida: "O relatório oficial de 2010 do Comitê Conjunto de Assuntos Exteriores da República do Marsili e da Federação da Clonalia (JCFAMC) declara que aproximadamente 67% dos migrantes, desde 1990, foram para Clonalia".  |
| <b>12</b> | A legislação de Clonalia autoriza a intervenção do Judiciário em políticas de órgãos executivos?   |
|           | A Constituição da Clonalia determina que a Corte Suprema pode, quando provocada, interpretar a Constituição e determinar a constitucionalidade dos atos dos poderes Legislativo e Executivo.   |
| <b>13</b> | No §52 há menção ao fato de o Ministério das Relações Exteriores ter desconsiderado a solicitação de 23 famílias de Candela em 28 de fevereiro de 2014. No entanto, de acordo com o §48, a petição apresentada pelos migrantes data de 13 de abril de 2014. Favor esclarecer as datas corretas.  |
|           | Trata-se de erro de digitação. A data referida no parágrafo 48 é 13 de janeiro de 2014.  |
| <b>14</b> | No §59 há menção à apelação da ONG "CCA" da decisão do Ministério das Relações Exteriores. No entanto, o §54 dispõe que as decisões do MRE já haviam sido apeladas em 8 de março de 2014 pela referida ONG. Favor esclarecer se há a possibilidade de dupla apelação ou se o § 59 trata de recurso diverso, visto que o julgamento da questão foi levado a um juiz administrativo. |
|           | Há apelações diferentes. A apelação referida no parágrafo 54 é contra a decisão do MRE que não concedeu o status de refugiado, enquanto a apelação referida no parágrafo 59 é contra a decisão do MRE que classificou o texto do CNE como sendo de segurança nacional.   |
| <b>15</b> | No §66 há uma solicitação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos à   |

|           |  |
|-----------|--|
|           | Corte Interamericana de Direitos Humanos para que ela determine a alteração das leis da Clonalia. A intenção da CIDH seria a criação de novas leis ou a regulamentação de leis já existentes?  |
|           | A intenção da CIDH com a solicitação, nos termos do artigo 2 da Convenção Americana de Direitos Humanos, é dar efeito doméstico aos direitos e liberdades que ainda não estiverem garantidos "por disposições legislativas ou de outra natureza", por meio da adoção de "medidas legislativas ou de outra natureza que forem necessárias para tornar efetivos tais direitos e liberdades".   |
| <b>16</b> | No §65 há menção ao fato de que a Comissão Interamericana declarou o caso admissível para examinar a violação aos arts. 4º, 5º, 8º, 13, 21, 22, 25 e 26 da Convenção Americana e o art. 11 do Protocolo de San Salvador. No entanto, o resumo ao final do caso indica como direitos violados segundo a Comissão Interamericana os constantes dos arts. 5º, 7º, 8º, 13, 21, 22 e 26 da Convenção Americana e o art. 11 do Protocolo de San Salvador. Favor esclarecer os dispositivos violados, no entender da Comissão Interamericana. |
|           | A Comissão declarou o caso admissível para examinar violações aos arts. 4º, 5º, 8º, 13, 21, 22, 25 e 26 da Convenção Americana de Direitos Humanos e ao art. 11 do Protocolo de San Salvador, mas encontrou violações e decidiu levar o caso à Corte tendo como base apenas os direitos constantes dos arts. 5º, 7º, 8º, 13, 21, 22 e 26 da Convenção Americana e o art. 11 do Protocolo de San Salvador.  |
| <b>17</b> | Favor esclarecer se foram esgotados os todos os recursos internos quanto ao pedido de refúgio. Desta feita, indicar o trâmite processual interno de Clonalia para que se possa analisar se havia mais alguma hipótese de recurso.  |
|           | Todos os recursos da jurisdição interna de Clonalia foram esgotados.   |
| <b>18</b> | A Comunidade Rural de Candela pode ser caracterizada como indígena ou camponesa?   |
|           | A população indígena, nativa da Ilha, varia de três (3%) a quatro (4%) da população total. Os habitantes indígenas estão espalhados entre as diversas ilhas.   |
| <b>19</b> | A Federação da Clonalia ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU, a Declaração de Aarhus e a Declaração de Cartagena?   |
|           | Não.   |
| <b>20</b> | No §53, favor esclarecer se houve notificação pessoal para cada uma das famílias que requereram refúgio da decisão do Ministério das Relações Exteriores que determinou sua deportação.  |
|           | Sim.   |
| <b>21</b> | A Federação da Clonalia é um país desenvolvido?  |
|           | Sim  |
| <b>22</b> | Como foram as etapas de detenção (momento da detenção, condições de detenção e prisão, tempo de aguardo de deportação e a deportação em si) para as famílias que imigraram à Federação da Clonalia?  |
|           | Ver a resposta à questão 3.  |
| <b>23</b> | Quando, no parágrafo 52, afirma-se que o órgão “não consideraria a solicitação   |

|           |  |
|-----------|--|
|           | para decidir sobre a situação de refugiados”, quer dizer que houve um julgamento e ela foi rejeitada ou que não houve julgamento?  |
|           | Não houve análise do conteúdo da petição e sim uma decisão baseada na ausência de mérito da petição.   |
| <b>24</b> | Durante o espaço de tempo entre a chegada das famílias da Candela na Clonalia e a negação da petição quais foram as condições que estas famílias permaneceram (trabalho, moradia, acesso à saúde, etc.)?   |
|           | Os membros da comunidade de Candela viveram em casas alugadas em diferentes áreas e pagaram os alugueis com renda que obtiveram de diversos trabalhos temporários que conseguiram, como vendedores ambulantes, serviços em restaurantes, comércio e construção civil, dentre outros.   |
| <b>25</b> | Houve um erro de digitação referente à afirmação que “67% dos migrantes, desde 1990, chegaram da Clonalia,” no parágrafo 25 e da taxa de emissão atual de GHGs pela Federação da Clonalia no parágrafo 21 ou 33 (18% no primeiro e 41% no segundo)?  |
|           | Ver as respostas às questões 1 e 11.   |
| <b>26</b> | Em outubro de 2013, 23 famílias da comunidade rural de Candela viajaram de barco da República de Marsili para a Federação da Clonalia, ingressando no Estado informalmente (fato 47). Entretanto, apenas em 13 de abril de 2014 começaram o processo de solicitação de reconhecimento do status de refugiado por razões climáticas (fato 48). Considerando que levou quase seis meses desde que eles chegaram no país, nós queremos saber que atividades econômicas desenvolveram, onde estavam localizados e sob que condições viviam os membros da comunidade Candela?   |
|           | Ver a resposta à questões 13 e 24.   |
| <b>27</b> | A partir dos fatos do caso, entendemos que: de acordo com o fato 48, em 13 de abril de 2014 os imigrantes em situação irregular, iniciaram um processo para o reconhecimento do status de refugiados por razões ambientais. De acordo com o fato de 52, a Federação de Clonalia determinou em 28 de fevereiro de 2014 que não iria considerar o pedido para reconhecimento do status de refugiado das 23 famílias da comunidade rural de Candela, que estavam no território de Clonalia, argumentando que não tinha méritos e rejeitou o pedido como inválido. De acordo com o fato de 53, após a rejeição do pedido de asilo dos membros da Comunidade de Candela, sem examinar o seu mérito, o MRE emitiu um mandado de prisão para as 23 famílias em 05 de março de 2014. Deve então ser entendido que a Federação de Clonalia sabia de antemão da presença ilegal no território das 23 famílias e também dos argumentos que motivaram o pedido de asilo e, como tal, decidiu não considerar a petição, e rejeitou o pedido por invalidade da petição e, conseqüentemente, a detenção das famílias foi determinada antes que pudessem apresentar o pedido de asilo? |
|           | A Federação da Clonalia não sabia de antemão da situação específica dos petionários, nem dos argumentos antes da ordem de prisão. Ver resposta 13.   |
| <b>28</b> | A República da Clonalia adotou a Lei 715 de 1989, que tem como objetivo "estabelecer o sistema de proteção de refugiados e de quem procurar asilo" (fato 48) e da Lei de Imigração de 2009, que inclui na ordem jurídica nacional a Convenção relativa ao Status de Refugiados e seu Protocolo Suplementar de 1967 (fato 50). De acordo com os fatos do caso, o MRE, que ordenou a   |

|           |   |
|-----------|---|
|           | detenção de famílias para iniciar o processo de deportação para a República da Marsili (fato 53), tem a autoridade e os procedimentos para a realização destes dois processos (a prisão e processo de deportação) no âmbito dos regulamentos citados acima ou dentro de qualquer outra fonte jurídica de direito interno da Federação das Clonalia?   |
|           | Os processos de prisão e deportação são claros na Lei 715 de 1989.  |
| <b>29</b> | De acordo com o fato 54 dos fatos comprovados do caso, a CCA recorreu da decisão que não concedeu o status de refugiado e da ordem de deportação antes mesmo do MRE. Além disso, de acordo com o fato 53, a detenção das famílias de Candela foi feita para iniciar o processo de deportação. Poderia dizer, com base nesses dois fatos, que quando esgotados esses remédios contra o MRE, a CCA também questionou a legalidade de sua prisão?  |
|           | A detenção é parte do processo de deportação e, como tal, a apelação contra a ordem poderia ou não ter incluído questões sobre a detenção. Entretanto, isso não está nos fatos provados do caso.  |
| <b>30</b> | A comunidade rural de Candela tem sido a mais afetada pela perda de território (fato 29), dos 133.632 habitantes de Theodore, 14.000 vivem em 16 acampamentos temporários, nos arredores de Samantha (fato 24). Para encontrar uma solução jurídica para a crise ambiental em Theodore, a ONG "Climate Change Action" (CCA), em 25 de março de 2011, decidiu representar as 52 famílias camponesas de Candela (fato 46). Em outubro de 2013, um grupo de 23 famílias que integram a Comunidade Rural de Candela viajou da República da Marsili à Federação das Clonalia. Deve ser entendido que as 29 famílias de Candela que ainda estão em Marsili estão em acampamentos temporários ou qual é a situação específica que as 29 famílias da comunidade rural de Candela estão enfrentando? |
|           | As 29 famílias remanescentes em Marsili estão vivendo dispersas nos remanescentes 16 acampamentos identificados nos parágrafos 24 e 27.   |
| <b>31</b> | A comunidade rural de Candela autoidentifica-se como uma comunidade tradicional ou povo tribal?   |
|           | Não.  |
| <b>32</b> | É dito que a República do Marsili ratificou o Protocolo de Kyoto, porém este país está no anexo 1 ou no anexo 2?  |
|           | Marsili está no Anexo 1 do Protocolo.   |
| <b>33</b> | No item 51 do documento onde o caso hipotético é relatado, faz-se referência a um "artigo quarto" de determinada Lei, qual seria esta?  |
|           | Lei 715 de 1989.  |
| <b>34</b> | No item 52 do documento onde o caso hipotético é relatado, é dito que o Ministério das Relaciones Exteriores (MRE) da Federação da Clonalia determinou em 28 de fevereiro de 2014 que não consideraria a solicitação para decidir sobre a situação de refugiados das 23 famílias da comunidade rural de Candela, porém estas famílias apresentaram a petição para reconhecimento do seu status como refugiados no dia 13 de abril de 2014. Como o pedido pode ter sido avaliado antes mesmo de ter sido feito?  |
|           | Ver resposta à questão 13.  |



|           |   |
|-----------|---|
| <b>35</b> | No item 66 do documento onde o caso hipotético é relatado, trata-se de solicitação da comissão à corte ou da CCA à comissão?  |
|           | A Comissão solicita à Corte.  |
| <b>36</b> | Atualmente, quais os percentuais de emissões dos GHGs pela Federação da Clonalia? Uma vez que no item 21 é dito que gira em torno de 18% enquanto que no item 33, afirma-se que a emissão é ao redor de 41%.  |
|           | Ver resposta à questão 1.   |
| <b>37</b> | Há algum tribunal judicial em Clonália competente para julgar ações de refugiados e pedidos de refúgios?  |
|           | Ver resposta à questão 10.  |
| <b>38</b> | Além de Clonália, há algum outro grande Estado próximo à Marsili?   |
|           | Não. Este é um fato provado do caso.  |
| <b>39</b> | Os mandados de prisões expedidos por Clonália foram todos cumpridos?  |
|           | Ver parágrafo 53.   |
| <b>40</b> | Quais as pessoas que realmente foram presas? Ficaram presas por quanto tempo? Tiveram acesso a defensores?  |
|           | Ver parágrafo 53. As famílias presas ainda estão sob custódia esperando pela decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Eles têm acesso a defensores públicos.  |
| <b>41</b> | Quais foram exatamente os artigos violados, em razão da divergência do texto do caso e a tabela ao final?   |
|           | Ver resposta à questão 16.  |
| <b>42</b> | A banca confirma as datas relativas ao processo de reconhecimento do status de refugiado - estipuladas nos tópicos 48, 52, 53, 54 e 55 - em que o MRE rejeitou a solicitação para decidir sobre a situação de refugiado das 23 famílias da comunidade rural de Candela? |
|           | Sim.  |
| <b>43</b> | Alguém morreu ou se feriu em razão da deportação das 23 famílias da Federação de Clonalia? Algum membro da Comunidade Rural de Candela morreu ou se feriu devido à crise climática?   |
|           | Não há registro de qualquer pessoa morta no caso.   |
| <b>44</b> | A decisão do MRE em rejeitar a solicitação das 23 famílias refugiadas que se encontravam no território de Clonalia - citada no item 52 - baseou-se em documento legal prévio? Qual é o seu teor?  |
|           | Não há nenhuma informação adicional aos fatos do caso.  |
| <b>45</b> | Os povos indígenas de Marsili tem algum vínculo religioso ou cultural a certo local em particular ou determinadas partes do território?   |
|           | Ver resposta da pergunta 18. Não há informação adicional que seja parte do caso.  |
| <b>46</b> | Parágrafo 19: A última linha do parágrafo 19 diz: “terceira década do século XX” – isso significa do século XXI? (que é o que outros fatos citados no parágrafo   |

|           |  |
|-----------|--|
|           | sugerem).  |
|           | Terceira década do século XXI  |
| <b>47</b> | Discrepância no parágrafo 21 e 33: Qual é o valor correto (18% ou 41%)?  |
|           | Ver resposta a pergunta 1.   |
| <b>48</b> | No parágrafo 23: É dito que Marsili se vê obrigado a importar 60% de seus produtos agrícolas. Marsili era autossuficiente?   |
|           | Antes da perda de território, Marsili importava aproximadamente 4% de seus produtos agrícolas básicos.   |
| <b>49</b> | Não há nenhuma referência do problema de ratificação de tratados de Marsili. Não está claro se Marsili também ratificou o protocolo que eles invocam. Devemos assumir que Marsili ratificou somente os acordos mencionados no caso hipotético (Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 1995, Convenção Americana sobre Direitos Humanos, Protocolo de Kyoto)? Ou se há menção de que Clonália ratificou um tratado, mas não se menciona que Marsili o ratificou (por exemplo, a Convenção sobre a Situação dos Refugiados, de 1951), deveríamos assumir que Marsili não o ratificou ainda? Por favor, notem ainda que os parágrafos 50 e 72 se utilizam do termo “assinar”, devemos assumir que isto significa “ratificar”? |
|           | Neste caso, os tratados assinados também foram ratificados, então deve-se assumir que os "tratados assinados", são "tratados ratificados".   |
| <b>50</b> | De acordo com o mais recente relatório do G2C2, do ano de 2014, a Federação da Clonalia é responsável pela emissão de aproximadamente 18% dos GHGs globais. Já conforme o item 33 do caso, a nação seria responsável por 41 % das emissões de GHGs globais. Sendo assim, qual é a atual participação percentual da Federação de Clonalia nas emissões de GHGs globais ?  |
|           | Ver resposta à questão 1.  |
| <b>51</b> | A Federação de Clonalia possui um sistema jurisdicional uno ou adota um modelo dual de jurisdição, com uma jurisdição administrativa em separado? Existe a possibilidade de revisão judicial de decisões administrativas ou alguma espécie de recurso extraordinário administrativo ou impróprio?  |
|           | Ver resposta à questão 12.   |
| <b>52</b> | A ação de nulidade citada no item 41 do caso hipotético se refere à uma ação judicial ou uma ação de nulidade em processo administrativo contra o mesmo órgão?   |
|           | É um processo judicial.  |
| <b>53</b> | No item 59, o requerimento de informações da proposta do CNE feito pela CCA foi feito em nome da própria CCA ou em nome dos integrantes da comunidade de Candela?  |
|           | Não há fatos adicionais sobre esse assunto.  |
| <b>54</b> | No item 41, lê-se a seguinte passagem: "Em março de 2012, a CCA moveu uma ação de nulidade contra a decisão administrativa do MEC da Federação da Clonalia, pela qual este órgão decidiu que não deve regular a emissão de gases de efeito estufa porque isto é um fenômeno global, cuja legislação, no nível nacional, é somente indireta e não pode produzir efeitos claros sobre a  |



|           |   |
|-----------|---|
|           | <p>qualidade do ar na Federação."</p> <p>O trecho acima transcrito ensejou-nos dúvidas, visto que não foi pontuado precisamente perante qual órgão da Federação da Clonália a ação de nulidade foi apresentada. No item 38 do Caso Hipotético há referência à decisão da Corte Suprema da Federação da Clonália, o que leva a crer que seja, possivelmente, o órgão competente para a ação mencionada.</p> <p>Todavia, como não ficou expressamente descrito, acreditamos ser profícuo para os trabalhos da Competição o conhecimento sobre qual órgão teria recebido a ação de nulidade movida pela CCA.</p>   |
|           | A ação de nulidade foi decidida pela Suprema Corte.   |
| <b>55</b> | <p>Segundo o parágrafo nº 50, a Lei de Imigração de 2009 incluiu em seu bojo a Convenção sobre a Situação de Refugiados e seu Protocolo Adicional de 1967. Não ficou claro, contudo, se houve mera transcrição das normas dos diplomas internacionais na legislação nacional ou se efetivamente foi realizada a ratificação integral dos primeiros na ordem jurídica nacional.</p> <p>À vista disso, indagamos: a) Essa Convenção e seu Protocolo Adicional foram efetivamente ratificados integralmente pela Federação da Clonália, podendo ela ser responsabilizada internacionalmente em caso de descumprimento? Se sim, quando se deram os atos de ratificação? b) Caso não tenha havido as ratificações, mas meramente a inclusão textual na Lei de Imigração de 2009, essa inclusão foi integral ou parcial? Se parcial, em que medida?</p>   |
|           | Eles foram ratificados e fazem parte da legislação nacional da Federação das Clonália desde 2009.   |
| <b>56</b> | <p>Analisando-se os o parágrafo nºs 52 e 53 concernentes ao Caso Hipotético notamos que há uma imprecisão devido ao mútuo emprego dos vocábulos "expulsão" e "deportação" que parecem estar referindo ao mesmo assunto. Ao negar a validade da solicitação das 23 famílias da comunidade rural de Candela refugiadas na Clonália, as autoridades do Ministério das Relações Exteriores (MRE) ensejam a adoção de medidas administrativas cabíveis quanto às respectivas famílias.</p> <p>Nesse sentido, consta no tópico 52 que os procedimentos a serem adotados dizem respeito à "expulsão das pessoas envolvidas no processo"<sup>1</sup>.</p> <p>Entretanto, consta no tópico seguinte que as medidas administrativas adotadas pelo MRE em face das 23 famílias tinham como objetivo a deportação dessas famílias à República do Marsili.</p> <p>Segundo o parágrafo nº 52, o MRE, em 28 de fevereiro de 2014, nem mesmo recebeu a solicitação de refúgio das 23 famílias da comunidade rural de Candela. Contudo, a apresentação do pedido de refúgio para as 23 famílias, entregue pela CCA, ocorreu em 13 de abril de 2014, segundo informações do parágrafo nº 48. Tendo em vista o cronograma da narração, acreditamos estar a data da apresentação do pedido de refúgio, constante no parágrafo nº 48, equivocada. Assim, indagamos se haveria equívoco nas datas ou se teria sido feitos dois pedidos distintos?</p> |
|           | Ver resposta às perguntas 13 e 57.  |
| <b>57</b> | <p>Ademais, seria conveniente ressaltar que a diferença conceitual entre "expulsão" e "deportação" orbita em torno do fato de o decreto de expulsão exigir causa mais severa do que a decisão administrativa de deportação. Ademais, a expulsão não permite o retorno dos indivíduos expulsos ao país que realiza o</p>   |

|           |  |
|-----------|--|
|           | <p>procedimento; enquanto a deportação permite, por seu turno, a entrada novamente dos indivíduos deportados no Estado deportante. Sendo assim, solicitamos um posicionamento da Comissão Organizadora quanto a qual dos conceitos empregados é o almejado: deportação ou expulsão. Afinal, a distinção, apesar de simples, corporifica-se como imprescindível para o andamento da 1 Última linha do tópico 52. argumentação que a competição requer.</p> <p>Acreditamos que no parágrafo nº 55 há o emprego de “refúgio” com outra significação, ou seja, não se refere ao instituto jurídico, mas sim à mera proteção dos indivíduos. Isso porque os nacionais da Candela buscaram proteção (“refúgio”) na embaixada de seu próprio país.</p> <p>Por outro lado, no parágrafo nº 56 afirma-se que o CNE, em seus trabalhos, analisará “potencial petição de asilo por razões ambientais”. Não haveria aqui o emprego trocado do termo “asilo” quando deveria ter sido utilizado “refúgio”? O questionamento se sustenta posto que, a depender do instituto adotado, a argumentação jurídica seguirá caminhos distintos.</p> <p>Assim, pergunta-se: a) No parágrafo nº 55 “refúgio” não se refere ao instituto jurídico, mas sim ao ato de proteger? b) No parágrafo nº 56 faz-se referência a qual instituto jurídico: ao “asilo” ou ao “refúgio”?</p> |
|           | <p>O processo que se examina é de deportação. O uso do termo expulsão no parágrafo 52 é usado como sinônimo para remoção dos indivíduos sem documentos de Clonalia. O uso do termo expulsão no parágrafo 55 foi feito em uma declaração política e não em um processo judicial.</p> <p>Além disso, a petição legal é para o reconhecimento da condição de refugiado. O termo asilo, usado no parágrafo 55 foi, novamente, uma declaração política, e não um processo judicial. Finalmente, a questão confiada à Comissão de peritos foi formulado como está anotada no parágrafo 56.</p>   |
| <b>58</b> | <p>A Comissão IDH, segundo o parágrafo nº 65, concedeu medidas cautelares à comunidade rural da Candela, no entanto, nada mais informa sobre tais medidas cautelares. Haja vista a dinâmica de funcionamento da Comissão IDH, pergunta-se: quais foram as medidas cautelares concedidas pela Comissão IDH? A Federação da Clonalia as cumpriu ou as descumpriu? Tais medidas cautelares seriam as "recomendações" do parágrafo nº 69?</p>  |
|           | <p>As medidas foram "a proteção e nenhuma deportação de membros da comunidade até que o Tribunal decidisse o caso" e essas medidas foram cumpridas pela Federação das Clonalia. As recomendações são tal como definido no parágrafo 69.</p>  |
| <b>59</b> | <p>Qual o número total de imigrantes em Clonalia?</p>  |
|           | <p>As 23 famílias Marsili são os únicos imigrantes em Clonalia que tenham qualquer relação com o desfecho do caso.</p>   |
| <b>60</b> | <p>No item 50, qual o valor que se refere à expressão “território atual”?</p>  |
|           | <p>Supondo-se que a pergunta se refere ao ponto 30, em vez do ponto 50, o termo "território atual" refere-se à medição oficial realizada em 2013 que constatou que Marsili tem uma área de 211 quilômetros quadrados.</p>  |
| <b>61</b> | <p>No plebiscito acerca da independência do Marsili, qual foi o percentual de votantes a favor?</p>  |

|           |   |
|-----------|---|
|           | A imensa maioria dos habitantes de Marsili votou pela independência.  |
| <b>62</b> | Qual o número total de indígenas em Clonalia?   |
|           | Não há nenhuma referência adicional sobre esta pergunta no caso.  |
| <b>63</b> | Qual a previsão para a perda do "território atual" constante no item 50?  |
|           | Mais uma vez, assumindo que a questão se refere ao parágrafo 30, a perda de "território atual" é de 89% da medição oficial realizada em 2013 de 211 quilômetros quadrados, por isso uma perda de aproximadamente 188 quilômetros quadrados. |
| <b>64</b> | No sistema administrativo de Clonalia as decisões administrativas são passíveis de revisão judicial?  |
|           | Ver a resposta à questão 12   |
| <b>65</b> | Qual é o fluxo migratório historicamente intenso?   |
|           | O fluxo mais intenso de imigração na história da República da Marsili e da Federação das Clonalia é o êxodo em massa detalhado no parágrafo 25.   |
| <b>66</b> | Qual o índice atual de emissões de Clonalia: 41% (item 33) ou 18% (item 21)?  |
|           | Ver resposta à pergunta No. 1   |
| <b>67</b> | Há alguma informação relevante acerca dos dados sócio-econômicos de Clonalia para o caso?   |
|           | Os únicos dados socioeconômicos da Clonália, relevantes para o caso, encontram-se nos fatos descritos do caso.  |
| <b>68</b> | Ponto 25: chegaram DA Clonalia ou A Clonalia?   |
|           | Ver resposta à pergunta No 11.  |
| <b>69</b> | Qual o valor correto de emissões de gases estufa da Clonalia? 18% (item 21) ou 41% (item 33)?   |
|           | Ver resposta à pergunta número 1  |
| <b>70</b> | Atualmente a Clonália conta com vistos humanitários em sua legislação migratória?   |
|           | Não   |
| <b>71</b> | A Clonália é signatária da Declaração de Cartagena de 1984?   |
|           | Não   |